

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL OICVM AÇÕES

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2023

ÍNDICE

1 Relatório de Gestão	3
1.1 Enquadramento geral da atividade em 2023	4
1.2 Cenário Base - 2024	12
1.3 Principais características do fundo	15
1.4 Evolução do fundo	16
2 Balanço e Demonstrações Financeiras.....	20
2.1 Balanço a 31 de dezembro de 2023.....	21
2.2 Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023	23
2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2023.....	24
3 Divulgações	25
3.1 Anexos às demonstrações financeiras.....	26
4 Certificação das Contas	39

1 Relatório de Gestão

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2023

Após um desafiante 2022, o ano que agora acaba trouxe-nos alguns recordes surpreendentes. Por um lado, ao nível dos mercados acionistas, com os mais relevantes índices norte americanos a atingirem novos máximos históricos, mas, por outro, a sua suposta antítese, o ouro, a alcançar o mesmo feito, apesar dos principais Bancos Centrais à volta do mundo terem levado as respetivas taxas diretoras para níveis que alguns consideram restritivos. Tudo isto parece resultar duma alteração de atitude face ao risco derivada do melhor desempenho das economias desenvolvidas e do aparente pico no ritmo de crescimento do respetivo nível geral de preços.

A economia americana deu verdadeiros sinais de resiliência, tendo o PIB anualizado do 3º trimestre atingido os 4,9%, em claro contraste com a quase estagnação da Zona Euro que continua a braços com problemas sérios no seu principal motor de crescimento, a Alemanha, em grande parte derivados do conflito armado que se desenrola às suas portas. A economia da Zona Euro deverá crescer apenas 0,6% em 2023, deixando transparecer as dificuldades para manter competitivo um conjunto heterogéneo de economias debaixo da mesma política monetária.

Ao mesmo tempo, a inflação tem vindo a desacelerar de forma abrupta, passando de 9% para 3% nos EUA e de 10% para 2,5% na Zona Euro, dando grande margem aos investidores para “sonharem” com cortes significativos nas taxas diretoras, a começar já em março 2024, como forma de estimular a economia em caso de recessão. No entanto, a inflação nas economias desenvolvidas deverá registar um mínimo no decorrer do primeiro trimestre de 2024 antes de começar novamente a subir, mesmo que de forma mais ligeira, por razões puramente técnicas. Preocupamos a possibilidade duma surpresa positiva na inflação subjacente da Zona Euro, região onde parece existir uma certa espiral de subida nos salários que se tem vindo a transformar, na sua quase totalidade, em custos unitários de trabalho em função da redução da taxa de crescimento da produtividade.

Portugal

Portugal teve um desempenho macroeconómico positivo ao longo de 2023, sustentado por dados positivos do turismo e por um abrandamento do crescimento da inflação. Dado que a maioria das hipotecas está exposta a taxas variáveis, as famílias continuam a ser afetadas pelos aumentos das taxas de juro. No entanto, a taxa de NPL situou-se em 2,9% em setembro de 2023, diminuindo 10 pontos base em relação a dezembro de 2022 e cerca de 20 pontos base em relação a junho de 2023. A taxa de desemprego foi de 6,7% em outubro de 2023, mantendo-se inalterada desde dezembro de 2022 e representando um aumento de 40 pontos base em relação ao mínimo sazonal de julho, de 6,3%. Estima-se que o orçamento do Estado (Gráfico 1.1) registre um superavit de 0,9% do PIB de acordo com o Conselho de Finanças Públicas e prevê-se que o rácio dívida/PIB (Gráfico 1.2) diminua.

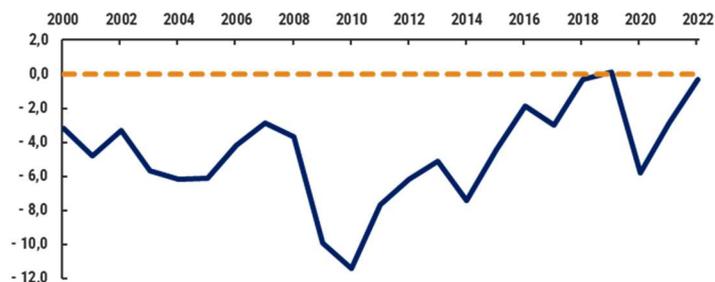


Gráfico 1.1 – Saldo Orçamental do Estado em percentagem do PIB. PorData



Gráfico 1.2 – Dívida Pública em percentagem do PIB. Banco de Compensações Internacionais

Crescimento do PIB

Nos primeiros três trimestres de 2023, o PIB de Portugal cresceu 2,5%, 2,6% e 1,9% em termos homólogos, respetivamente. Para a estimativa para o próximo ano, o Banco de Portugal estima um crescimento de 2,1%, e o Eurostat estima 2,2%, o que compara com 0,6% tanto para a UE27 como para a Zona Euro.

A produção industrial em Portugal e na UE-27 (gráfico 2.1) diminuiu ao longo de 2023. Esta redução tem um impacto maior nas economias onde os bens de média e alta complexidade têm uma maior participação no total das exportações. As exportações de Portugal estão mais orientadas para bens/serviços de baixa complexidade, tal como acontece com o turismo e serviços inerentes. Assim, o abrandamento da atividade industrial não tem um impacto tão grave na economia como teve noutros países europeus.

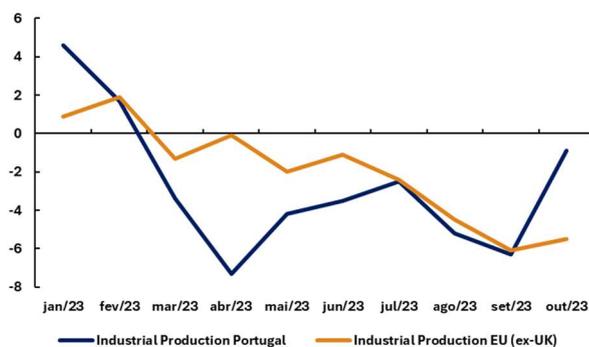


Gráfico 2.1 – Produção Industrial em Portugal e na UE. Instituto Nacional de Estatística Portugal e Economia Comercial

Portugal continua a publicar dados de turismo saudáveis. De realçar um aumento homólogo de 11% nos primeiros 10 meses do ano no número de estadias. O país turístico de origem continua a diversificar-se, diminuindo a nossa dependência de países europeus específicos. Nomeadamente, houve um boom de turistas norte-americanos em Portugal, que gastaram em média 550€ por viagem em 2022. Para contextualizar, os turistas ingleses gastaram em média 370€ por viagem em 2022. Por fim, os aeroportos portugueses registaram uma média de 3,87 mio de passageiros nos primeiros 10 meses de 2023, um aumento de 59% versus a média do ano anterior para o mesmo período.

Inflação

Os níveis de inflação (gráfico 3.1) diminuíram em toda a UE desde o início do ano, passando de um máximo de 10% em jan. para 3,1% registado em nov. A inflação subjacente (gráfico 3.2) também acompanhou, registando uma descida de 6,3% em jan. para 4,1% em nov.

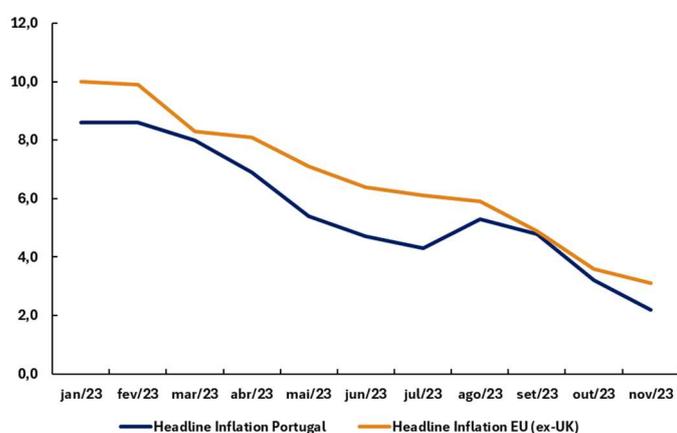


Gráfico 3.1 – Inflação Global Harmonizada em Portugal e na UE. Eurostat

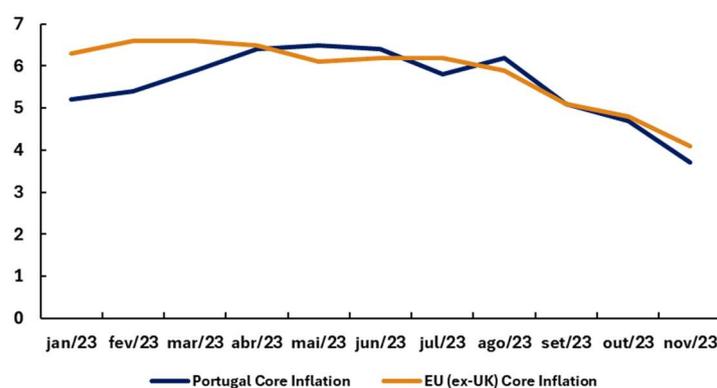


Gráfico 3.2 – Núcleo da Inflação Harmonizada em Portugal e na UE. Bloomberg

A Inflação Alimentar diminuiu de 18,4% em jan. para 6,6% em nov. – o mesmo para a Inflação Energética, que caiu de 26,3% para -12,8% no período. A inflação dos serviços manteve-se inalterada, de 4,4% em jan. para 4% em nov., aumentando ligeiramente para 5,6% em jul.

Quanto à inflação global, assistimos a uma redução de 8,6% em janeiro para 2,2% em novembro. A inflação alimentar e energética (gráficos 3.3 e 3.4) apresentou o mesmo padrão, enquanto a inflação dos serviços (gráfico 3.5) foi mais elevada em novembro do que em janeiro de 2023. A facilidade no aumento dos preços dos alimentos e da energia diminuiu a pressão sobre as famílias portuguesas, aumentando o rendimento disponível para lidar com o aumento nos pagamentos mensais de hipotecas.

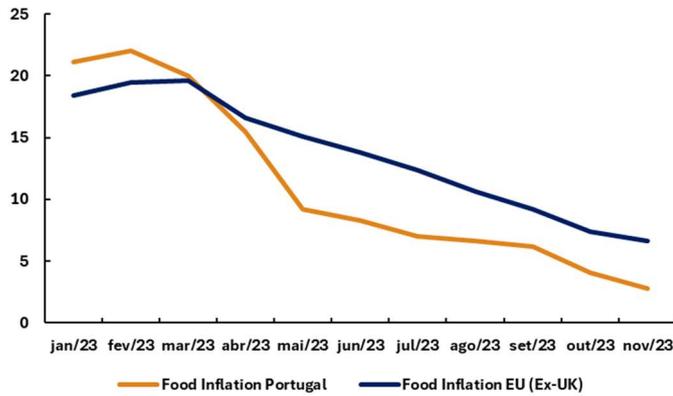


Gráfico 3.3 – Inflação alimentar em Portugal e na UE. Eurostat

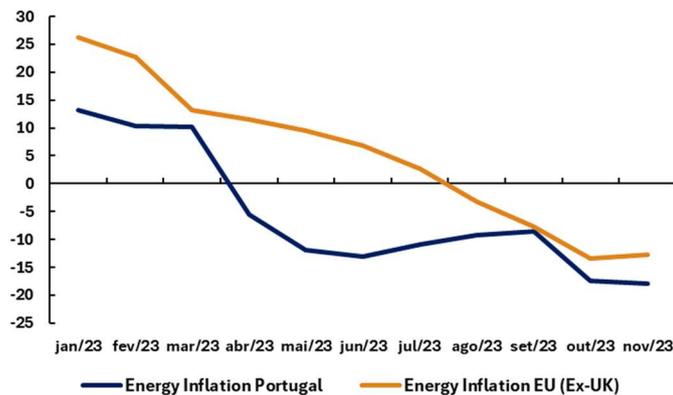


Gráfico 3.4 – Inflação energética em Portugal e na UE. Eurostat

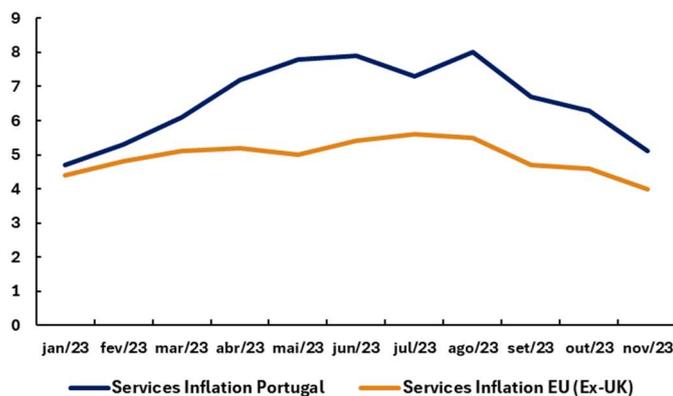


Gráfico 3.5 – Inflação dos Serviços em Portugal e na UE. Eurostat

Taxa de juros

O Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro em seis das oito reuniões realizadas em 2023, subindo a taxa das operações primárias de refinanciamento de 2,5% para 4,5%. Embora a taxa de inflação em novembro tenha sido de 3,1%, o valor ainda está acima do valor de referência de 2% do banco central. Portanto, as taxas de juros deverão permanecer elevadas até que esse nível caia abaixo de 2%, pensamento não partilhado de forma unânime entre os investidores.

Em comparação com 2008, as famílias portuguesas estão mais bem preparadas para lidar com um ambiente de taxas de juro elevadas, uma vez que estão menos alavancadas (gráfico 4.1), diminuindo de um rácio de alavancagem de 90% em 2008 para pouco menos de 60% em 2023. Além disso, a percentagem de hipotecas emitidas a taxa variável (gráfico 4.2) diminuíram significativamente desde janeiro, diminuindo o risco futuro de uma possível retoma do atual ciclo de aperto.

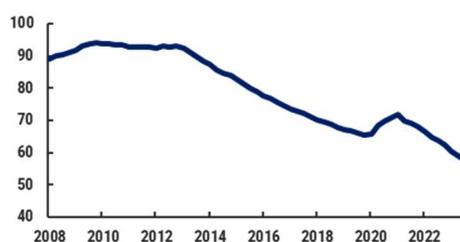


Gráfico 4.1 – Dívida das famílias em percentagem do PIB. Banco de Portugal

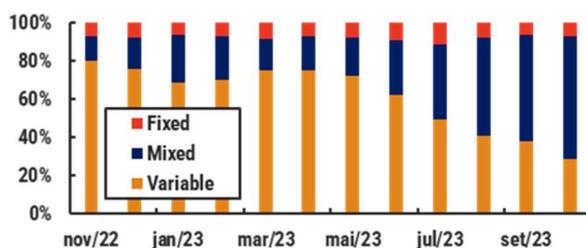


Gráfico 4.2 – Emissões de novas hipotecas por modalidade. Banco de Portugal

Em média, os pagamentos mensais de hipotecas aumentaram 23% nos primeiros 11 meses de 2023. As famílias do decil inferior até ao 2.º quartil testemunharam um aumento médio entre 21% e 24%, enquanto o 3.º quartil e o decil superior aumentaram cerca de 30%. No entanto, em setembro de 2023, o rácio de NPL da economia portuguesa tinha abrandado vinte pontos base desde dezembro de 2022.

Em comparação com 2008 e 2011, as sociedades não financeiras estavam mais bem preparadas para lidar com um ambiente de taxas de juro mais elevadas. O seu rácio de alavancagem diminuiu de 140% em 2008 e 167% em 2011 para 114% em 2023 (gráfico 4.4).

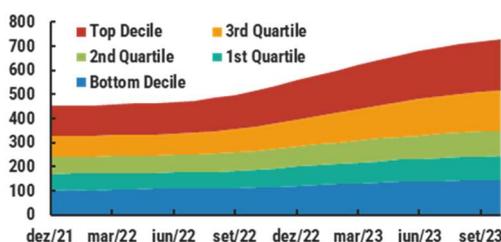


Gráfico 4.3 – Famílias: Pagamentos Mensais de Hipotecas (€). Banco de Portugal

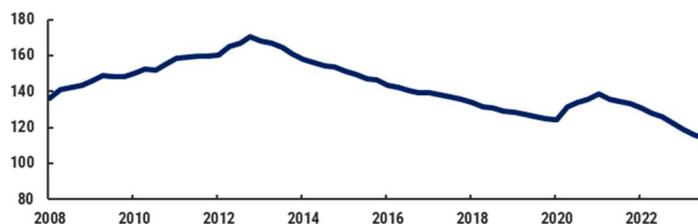


Gráfico 4.4 – Dívida do setor empresarial não financeiro em percentagem do PIB. Banco de Portugal

Este ano, as sociedades não financeiras apresentaram uma ligeira deterioração no seu rácio de cobertura do rendimento, de acordo com o último Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal. Os setores mais afetados foram o Alojamento e Alimentação e a Construção e Imobiliário (gráfico 4.5). Cerca de um terço das empresas de Alojamento e Alimentação deverão ter rácios de cobertura de rendimento inferiores a 1. Em contrapartida, o mesmo só acontece com um quinto das empresas de Construção & Imobiliária.

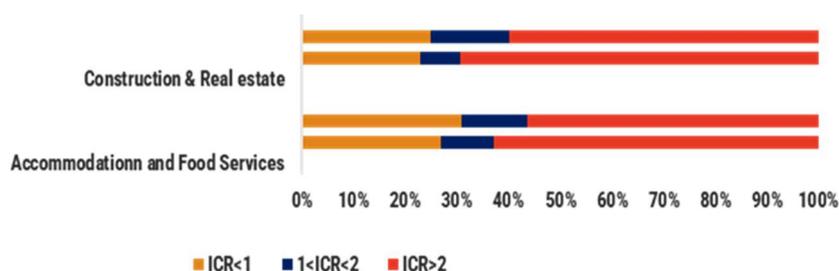


Gráfico 4.5 – Setor Empresarial Não Financeiro: Índice de Cobertura de Renda. Banco de Portugal

Crise Política em Portugal

No início de novembro de 2023, o primeiro-ministro português, António Costa (*Partido Socialista*), demitiu-se após ser considerado suspeito numa nova investigação de corrupção lançada pelo Supremo Tribunal de Justiça. O país está agora sob um governo provisório até 10 de março de 2024, quando ocorrerão as eleições para um novo parlamento. Este acontecimento não causou qualquer stress ao ambiente social e económico de Portugal até ao momento, uma vez que o orçamento do governo para 2024 foi integralmente aprovado. Surpreendentemente *O Partido Socialista* lidera as intenções de voto, sendo importante ressaltar que as sondagens se revelaram erradas nas recentes eleições do país.

Um novo conflito armado no Médio Oriente

Este ano começou um novo conflito armado no Médio Oriente, que inicialmente afetou os mercados petrolíferos, uma vez que os investidores temiam cortes na oferta e levou a rendimentos mais elevados em obrigações de longo prazo devido à dependência de Israel do financiamento e armamento dos EUA. A contínua restrição das condições de crédito pode ter um impacto pronunciado na economia mundial, impactando Portugal indiretamente, uma vez que o setor do turismo pode vacilar sob a pressão de uma inflação de serviços persistentemente elevada e da liquidação das poupanças resultantes do estímulo pandémico.

Desempenho mercado português em 2023

O Índice PSI20 registou um retorno total de 16,13% em 2023, superando o MSCI Europe Net Total Return em 30 pontos base, contudo, ficando atrás do Euro Stoxx 50 e do Stoxx Europe 600 Index em 7,08 pontos percentuais e 50 pontos base, respetivamente.

As três ações do Índice PSI20 com melhor desempenho em 2023 foram a Mota Engil (EGL.LS), o Banco Comercial Português (BCP.LS) e a Ibersol (IBS.PL), com rendibilidades de 238,46%, 87,43% e 21,01%, respetivamente. Em contrapartida, a NOS (NOS.LS), a EDP Renováveis (EDPR.LS) e a Altri (ALTR.LS) estiveram as desvalorizações mais significativas, com descidas de 15,43%, 9,99% e 8,09%, respetivamente. A Mota Engil, o Banco Comercial Português e a Ibersol contribuíram com 342, 488 e 111 pontos base para o desempenho global do fundo.

A Mota Engil é uma empresa multinacional com atuação focada na construção e gestão de infraestruturas, ambiente, concessão de transportes e energia. Em 2021, a CCCC passou a integrar a estrutura acionista com uma participação de 33%, reforçando a capacidade da empresa de operar globalmente. A empresa aumentou as encomendas nos seus livros (excedendo 12 mil milhões de euros). Assim, pôde concentrar-se na licitação de projetos mais significativos e na entrega eficiente de acordo com as suas necessidades financeiras.

O Banco Comercial Português (BCP) é o maior banco privado em Portugal, com uma quota de mercado de empréstimos e depósitos de 18%. Tem filiais em Angola, Moçambique e outras regiões como Macau e China. Além disso, detém 50,1% do Bank Millennium na Polónia. Ao analisar o desempenho dos bancos, deve-se considerar o desempenho em Portugal e na Polónia como os principais impulsionadores. Os principais indicadores a observar são a margem financeira, os rácios de capital (CET1) e as exposições não produtivas (NPE).

A Ibersol é um grupo de restauração multimarca que opera na Península Ibérica com uma pequena operação em Angola. O grupo atua em três segmentos distintos: Restaurantes, Balcões e Restauração e Concessões, e representam 21%, 69% e 10% da faturação, respetivamente. No ano fiscal de 2020, a empresa tinha um portfólio de 623 restaurantes, dos quais 531 eram propriedade própria e 92 estavam sob contratos de franchise. Por geografia, 65% das receitas provêm de Portugal, 32% do mercado espanhol e 3% de Angola.

A NOS é um fornecedor líder de serviços de telecomunicações. Ocupa o segundo lugar, atrás da Altice/MEO, nos serviços de banda larga, fixo e móvel, com 34,2%, 32,6% e 28,4% de quota de mercado, respetivamente. A NOS resultou da fusão entre o operador líder do mercado de TV, a ZON, e o operador móvel Optimus. Adicionalmente, a NOS explora salas de cinema e disponibiliza conteúdos audiovisuais.

A Energias de Portugal (EDP) é uma empresa de serviços públicos verticalmente integrada, a maior em Portugal e a terceira maior na Península Ibérica. A EDP tem a maior exposição às energias renováveis entre os seus pares ibéricos. Podemos obter um total de 78% do seu valor empresarial a partir de fontes de energia renováveis, com 10 pontos percentuais provenientes da energia hidroelétrica no Brasil e na Península Ibérica e os restantes 68 pontos percentuais provenientes da sua subsidiária cotada, a EDP Renováveis (EDPR), que detém energia eólica e ativos de energia solar na Europa, América do Norte e Sudeste Asiático. A EDP espera aumentar a sua capacidade instalada em energias renováveis de 21GW (registada em dezembro de 2022) para 43GW em 2030.

A Altri é um dos principais produtores europeus de pasta de eucalipto. Opera três fábricas de celulose (Celbi, Caima e Celtejo) localizadas em Portugal com capacidade anual de um milhão de toneladas. A empresa distribuiu toda a participação na Greenvolt entre seus acionistas.

Desempenho do fundo em 2023

O nosso fundo de Ações Portuguesas registou um desempenho de 14,82% no ano 2023. A 31 de dezembro, as nossas maiores posições eram a Galp (8.82%), o Banco Comercial Português – BCP (8.28%), a Sonae (8.04%), a NOS (5.93%) e a Jerónimo Martins (4.84%). Assim, terminámos o ano com 74,83% investido em ações, 15,69% em futuros do PSI, 20,07% em títulos de dívida alemã de muito curto prazo e cerca de 5% em liquidez.

Comparativamente ao índice, o nosso fundo apresentava-se mais defensivo contra um cenário de taxas de juro mais altas e inflação superior ao objetivo dos bancos centrais. Até ao final de outubro, o nosso fundo apresentava um desempenho superior ao índice em 62 pontos base, situação que se alterou, nos dois meses seguintes, fruto de uma mudança nas expectativas de mercado relativamente ao nível de taxas de juro diretoras. Efetivamente, a expectativa de mercado para o número de cortes nas taxas de juro diretoras, a serem aplicados pelos principais bancos centrais até junho de 2024, subiu para 3 no final do ano, o que equivale a uma diminuição das taxas de juro em 75 pontos base nos próximos 6 meses.

Cedo em 2023, já era possível observar os ganhos significativos nas empresas onde o fundo detinha maiores posições, especialmente no BCP que registou uma valorização acima de 30% apenas em janeiro. A posição em BCP contribuiu com 488 pontos base para o desempenho total do fundo, mas expôs a carteira a níveis superiores de volatilidade, com especial destaque para os acontecimentos do mês de março, aquando da compra do Credit Suisse pela UBS e para outros momentos isolados de maior imprevisibilidade sobre o rumo das taxas de juro e o desempenho da economia. Também a Mota Engil obteve uma valorização significativa, embora a nossa posição tenha sido menos expressiva do que na ação anterior.

Por seu lado, a NOS distribuiu dividendos extraordinários em 2023, fruto da venda de ativos. No final de abril, a ação chegou a ter uma valorização de 16,57% e desde então tem vindo a desvalorizar-se devido à possibilidade da entrada de um novo competidor no mercado de telecomunicações. Assim, contando com o efeito de dividendos, a ação teve uma desvalorização de 6,46%, em 2023.

Na segunda metade do ano, decidimos aumentar taticamente a posição da GALP, não só pela queda do preço do petróleo, na primeira metade do ano, mas também para antecipar uma futura subida sazonal durante os meses de verão. Posteriormente, o desempenho positivo da ação continuou até ao fim do ano, “beneficiando” com as tensões em Gaza e em torno do mar Vermelho. Na segunda metade do ano, esta ação valorizou 27.21%. Ao mesmo tempo que investimos na Galp, mantivemo-nos menos investidos em empresas de energia renováveis, como a EDP Renováveis e a Greenvolt. Tal mostrou-se benéfico até ao final de outubro, em resultado da diminuição dos níveis de rentabilidade de alguns dos seus projetos renováveis, que foram afetados pelo aumento dos custos relacionados com inflação nas cadeias de distribuição e com os encargos financeiros.

A Sonae apresentou um desempenho operacional positivo sustentado pelas operações da Sonae MC (operação de retalho alimentar e não-alimentar) e da Sonae Sierra (setor imobiliário), e pela

sua participação na NOS. No entanto, o desempenho da ação não igualou os resultados positivos a nível operacional, com a ação a valorizar apenas 2,07% no ano. A empresa reduziu o número de negócios a que tinha exposição, no entanto, não deixou de ser impactada pelo aumento do respetivo desconto de *holding*. Porém, no final de novembro, a Sonae anunciou uma oferta pública de aquisição duma empresa de retalho e serviços para animais, MUSTI, voltando assim a aumentar a diversificação do portefólio dentro do segmento de retalho.

1.2 Cenário Base - 2024

Nota Prévia

As perspetivas que adiante se apresentam refletem o conhecimento à data de 31 de dezembro de 2023

O ano que agora começa, irá destacar-se pelo elevado número de países que irão ter eleições legislativas ou presidenciais, com especial destaque para os atos eleitorais na Rússia e nos Estados Unidos, pelo que a tendência de instabilidade a nível global não deverá ser reduzida. As eleições nos EUA vão ditar se o posicionamento político de Washington será mais unilateral ou multilateral para os próximos quatro anos e quais as implicações que isso trará para a estabilidade global. Para a Sixty Degrees, estes eventos devem ser acompanhados com proximidade, uma vez que a instabilidade social associada a resultados eleitorais surpreendentes ou, não sendo uma surpresa, que acabem por dividir e fraturar cada vez mais as sociedades e os cidadãos, podem trazer um aumento significativo da volatilidade no preço dos ativos financeiros.

O evitar duma recessão económica a nível global em 2023, poderá ter criado as condições necessárias e suficientes para que, em 2024, o consumo de combustíveis fósseis ultrapasse os níveis alcançados no verão de 2023 e que se exceda os níveis do verão de 2019, antes da pandemia da COVID-19. Os preços do petróleo bruto são o principal impulsionador dos preços dos combustíveis refinados e devem permanecer altamente voláteis e sujeitos a incertezas geopolíticas. O risco de perturbações no mercado petrolífero tem vindo a ser agravado com a manutenção do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e foi recentemente agravado com a crise do Médio Oriente. Acresce que o esforço realizado pelos países ocidentais no sentido de eliminar o consumo de combustíveis fósseis, pode fazer com que o mundo enfrente um abastecimento inadequado destes tipos de combustíveis, contribuindo, de facto, para as restrições recessivas decorrentes da escassez.

Outra fonte de energia que tem sido acompanhada de perto pela Sixty Degrees é a nuclear, que tem sido sempre vista com desconfiança muito devido à sua utilização para fins militares, em especial durante a corrida ao armamento nuclear que se iniciou com a Guerra Fria em 1945.

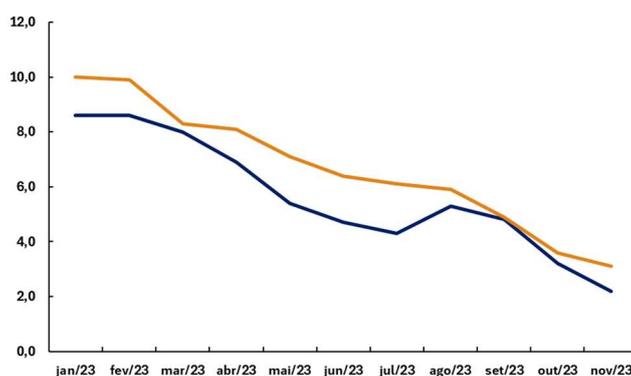
A energia nuclear não produz gases com efeito de estufa e foi considerada, no início de 2023, uma fonte de energia sustentável (EU taxonomy regulation). Esta apresenta uma menor pegada ambiental do que qualquer outra fonte de energia. A energia nuclear é capaz de produzir na sua capacidade máxima (93% do tempo), mais do que qualquer outra fonte de energia. Com o aumento da população mundial e a crescente evolução tecnológica expetável ao longo das próximas décadas, será de esperar um aumento significativo nas necessidades de energia a nível mundial.

Apesar da recente valorização, a Sixty Degrees continua a atribuir um elevado potencial de valorização e olha para a energia nuclear como o grande candidato para ser a fonte de energia alternativa aos combustíveis fósseis.

Outro ativo que poderá continuar a ter bom desempenho, num período de inflação teimosamente acima dos objetivos dos bancos centrais e de elevado risco geopolítico, é o ouro. A estabilização das taxas de juro reais poderá também servir de suporte para o preço do metal amarelo. Ao mesmo tempo, os bancos centrais deverão continuar a incrementar os seus stocks, em especial os asiáticos que pretendem diversificar as suas reservas, as quais são maioritariamente compostas por títulos de dívida norte-americana. O agravar dos atuais conflitos armados servirá também para realçar o papel diversificador de risco que o ouro pode trazer a uma carteira de investimento.

Portugal - Outlook 2024

A inflação global em Portugal registou valores mais baixos do que os da UE-27 ao longo de 2023. Espera-se que tal continue no início de 2024, uma vez que os principais segmentos que contribuem para os valores mais elevados na Europa ainda são os energéticos e alimentares. Estes segmentos podem enfrentar pressões acrescidas ao longo de 2024, como destacaremos mais à frente.



Graph 5.1 – Headline Inflation in Portugal and EU (ex-UK). Eurostat

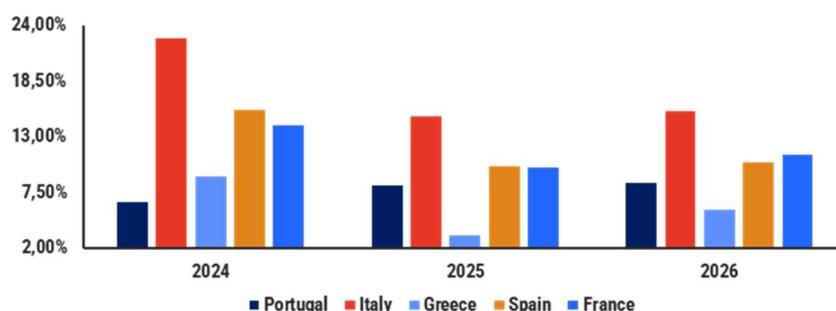
Taxa de juros

As taxas de juro provavelmente permanecerão elevadas, uma vez que a inflação global nas principais economias europeias (Alemanha e França) permanece acima da meta de 2%, apesar da sua diminuição constante nos últimos meses. O desenvolvimento de dois conflitos armados perto da Europa continua a restringir o fornecimento de energia e de matérias-primas e a dificultar o comércio global. Na Ucrânia, a guerra continuará a afetar os países que dependem das fontes russas de gás natural. Assim, os preços da energia nesses países permanecerão acima dos níveis pré-pandemia, prejudicando a produção industrial e o rendimento disponível das famílias. O principal segmento que contradiz a tendência global deste último é o dos serviços (Gráfico 3.5). A inflação dos serviços registou valores acima da média da UE-27 ao longo de 2023 e espera-se que permaneça assim, à medida que a procura pelo turismo continua forte. O Banco de Portugal estima que o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situe em 5,3%. As crescentes tensões no Médio Oriente estão igualmente a afetar o comércio global, uma vez que os transportadores de mercadorias gastam mais em serviços de segurança e seguros. Os armadores consideram o Cabo da Boa Esperança e a África Ocidental uma alternativa mais segura ao Estreito de Ormuz e ao Canal de Suez. No entanto, esta rota será mais dispendiosa e demorada, o que prejudica os europeus,

fi
B

uma vez que a rota do Mar Vermelho movimentará mercadorias importadas da Ásia e petróleo e GNL do Médio Oriente.

Entre as principais economias europeias, Portugal tem a dívida mais baixa a ser resgatada até 2024 em % do PIB. Se olharmos para o rendimento dos títulos públicos europeus com vencimento em 10 anos dos cinco países selecionados, verificamos que a França é o único país com um rendimento inferior ao de Portugal no final de 2023. É um efeito direto de uma redução dos défices orçamentais e do rácio de dívida em relação ao nível do PIB.



Graph 6.1 – Outstanding Debt by Redemption Year (% of 2022 GDP). Bloomberg

Empréstimos Corporativos

Como se pode verificar no gráfico 4.5, as empresas do setor do alojamento e restauração registaram a maior deterioração do rácio de cobertura do rendimento, evidenciando a importância de um desempenho positivo do setor do turismo para evitar falências, e por consequência, mantendo a taxa de desemprego estável. Também dissuadiria o governo de aumentar os impostos para acompanhar o aumento das despesas.

Salário mínimo

O salário mínimo aumentará 7,9% para 820 euros em 2024. Irá aumentar o rendimento disponível das famílias à medida que a inflação arrefece, nomeadamente nas famílias do decil inferior, medido pelo rendimento. Consequentemente, a negociação em baixa poderia ser interrompida ou mesmo revertida, e o impacto do aumento deste ano no pagamento mensal da hipoteca poderia ser neutralizado, uma vez que o aumento absoluto do salário mínimo seria superior à variação total nos pagamentos mensais da hipoteca sentida no decil inferior. do rendimento médio familiar (Gráfico 4.3).

Energia

A independência de Portugal do gás natural russo contribuiu positivamente para o desempenho económico do país. Em seu lugar, Portugal tem investido no Porto de Sines com projetos de transformação das importações de gás natural liquefeito que chegam por aquele porto. Para 2024, as famílias e empresas portuguesas poderão continuar a beneficiar desta independência à medida que o país diversifica as suas fontes de energia para energias fósseis e renováveis.

Seleção de ações para 2024

Como cobertura contra a volatilidade futura dos preços do petróleo e do gás, destacamos a Galp Energia, a única empresa exposta ao sector. A empresa atua nos segmentos de Upstream, Gestão de Energia e Fornecimento Comercial. O preço das suas ações aumentou 27,21% no segundo semestre do ano devido à sazonalidade positiva, uma vez que há maior consumo de combustível nos meses de verão nos países ocidentais e à volatilidade do preço do petróleo ligada ao novo conflito no Médio Oriente. Além disso, a Galp detém 80% da área licenciada do PEL 83, o que poderá aumentar a produção de petróleo se os reservatórios forem comercialmente viáveis. Para beneficiar do ambiente contínuo de aumento das taxas de juro, procuramos manter a nossa posição no Banco Comercial Português (BCP), uma vez que este apresenta um bom desempenho na remuneração dos ativos remunerados, enquanto deposita os seus ativos ponderados pelo risco, aumentando assim os índices de capital do banco. Esta última é crucial para avaliar a política de remuneração de riscos e dividendos do banco. Finalmente, a NOS pode proteger as suas margens num ambiente inflacionário. Tem poder de mercado suficiente para proteger as suas margens, uma vez que os aumentos de preços tendem a corresponder à inflação do ano anterior. A entrada de novos players no mercado terá um impacto limitado na NOS, dadas as suas estratégias comerciais e penetrações de mercado.

1.3 Principais características do fundo

Entidade Gestora	SIXTY DEGREES - SGOIC, S.A. Avenida João Crisóstomo, 30 6º E 1050-127 Lisboa
Data de Início do Fundo	10/09/2021
Tipo de Fundo	Ações
Região de Investimento	Portugal
Política de Rendimentos	Capitalização
Objetivo do Fundo	O objetivo principal do Fundo é o de proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que integre um prémio sobre os instrumentos de mercado monetário e que reflita aproximadamente a rentabilidade agregada do mercado acionista nacional, norteadas por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo. O Fundo é denominado na moeda Euro.

Política de Investimentos

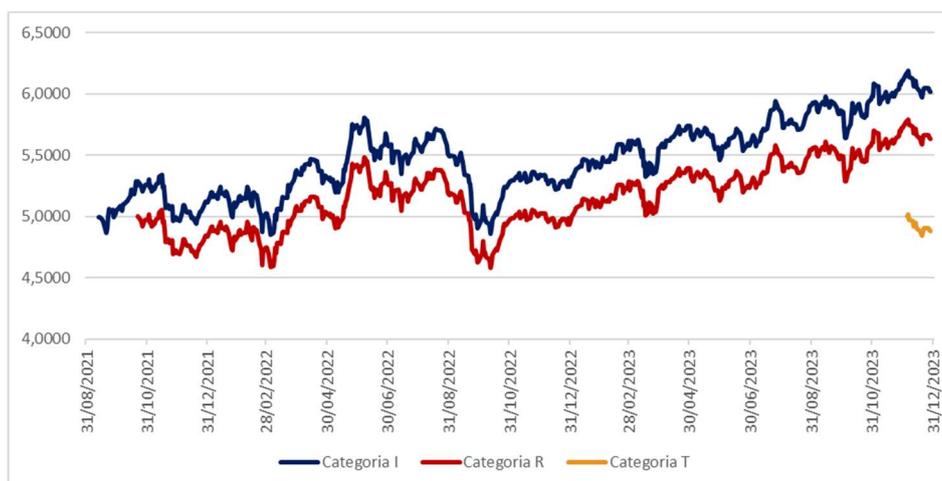
O Fundo investe predominantemente em ações de empresas cotadas na bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon) e outros mercados regulamentados de alguns países da União Europeia. O Fundo deverá ter permanentemente um mínimo de 85% do seu valor líquido global investido em ações nacionais, não investindo preferencialmente em nenhum setor de atividade específico.

O Fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos derivados com o objetivo de cobertura do risco financeiro ou otimização dos parâmetros de investimento (preço, liquidez, outros), desde que tal se deva à detenção de instrumentos derivados cujos ativos subjacentes sejam idênticos aos referidos na política de investimento.

1.4 Evolução do fundo

Evolução Histórica

O fundo iniciou a sua atividade a 10 de setembro de 2021 tendo demonstrado, até 31 de dezembro de 2023, a seguinte evolução das unidades de participação:



Performances, Volatilidades e níveis de Risco desde o início do fundo

Ano / Lançamento	Categoria	Performance	Volatilidade Anualizada ²	ISR ¹
2021	I	2.24%	18.51%	6
	R	-3.32%	18.54%	6
2022	I	2.58%	18.90%	6
	R	2.09%	18.96%	6
2023	I	14.89%	13.33%	4
	R	14.22%	13.32%	4
	T	-2.31%	15.47%	4

¹ A partir do exercício de 2023, o Fundo deixou de calcular o Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) que mede o risco de variação de preços das unidades de participação do Fundo com base na volatilidade verificada nos últimos 5 anos. Por ser considerado um *Packaged Retail Investment and Insurance-Based Product* (PRIIP) ao abrigo da legislação europeia, o Fundo passou a apresentar o cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

O ISR constitui uma orientação sobre o nível de risco deste produto quando comparado com outros produtos. Mostra a probabilidade de o produto sofrer perdas financeiras, no futuro, em virtude de flutuações dos mercados. Classificamos este produto na categoria 4 numa escala de 1 a 7, que corresponde a uma categoria de risco médio. Este Indicador não inclui os riscos de Rendimento, Operacional, Fiscal, Derivados, Cambial, Liquidez ou outros, que possam afetar o desempenho do Fundo. Este produto não prevê qualquer proteção contra o comportamento futuro do mercado, pelo que poderá perder uma parte ou a totalidade do seu investimento. Sempre que aplicável a alguma Categoria do Fundo, dada a ausência de histórico para aplicar a metodologia de cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR), foi construída uma carteira que replica a performance do índice de ações nacionais (PSI-20).

² Para o período compreendido entre 2021 e 2022, o valor em percentagem da volatilidade subjacente é calculado de acordo com as regras do Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) para um período histórico de 5 anos. A partir de 2023, o campo em referência é preenchido com o valor da volatilidade subjacente à medida de risco de mercado (MRM) associada ao Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

Alocação de Ativos - Dezembro de 2023

Exposição por Classe de Ativos	
Ações	74.8%
Ações via Futuros de Ações (1)	15.7%
Obrigações	20.1%
Liquidez	5.1%

(1) Valor nominal dos derivativos (Futuros sobre o PSI-20)

Exposição Geográfica (inclui Derivados e exclui Liquidez)	
Portugal	90.5%
Alemanha	20.1%

Unidade de Participação

Ano	VLGF	Categoria	Unidades em Circulação	Valor da UP
2021	455.162,30	I	70.000	5,1121
		R	20.130,5779	4.8342
2022	1.362.209.76	I	216.338,6299	5.2436
		R	46.160,8733	4.9351
2023	4.025.647,49	I	620.164,90	6.0205
		R	51.749,88	5.6373
		T	50,00	4.8844

Custos

Custos	% da comissão
Imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de subscrição	Categoria I – 2,00% Categoria R – 2,00% ¹ Categoria T – 5.00%
Comissão de reembolso	Categoria I – 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria R – 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição Categoria T – Não aplica
Imputáveis diretamente ao Fundo	
Comissão de gestão fixa (anual)²	Categoria I – 1,25% Categoria R – 1,75% Categoria T – 0.75%
Comissão de depósito (anual)	0,13% ao ano ou 0,12% ao ano se VLGF superior a EUR 20 milhões
Taxa de supervisão (mensal)	0,0012% com mínimo de 100€ e Máximo de 12.500€ (acrescida das majorações que vierem a ser definidas pela CMVM)
Imposto de selo	0.0125%, cobrado trimestralmente sobre o ativo líquido global do OIC
Custos de Auditoria	4.263,93€/ano (Os custos de auditorias exigidas por lei ou regulamento)
Custos de research (anual)	Com Máximo de 0,10% calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano anterior.
Despesas com apoio jurídico fora da jurisdição portuguesa.	Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
Taxa de Encargos correntes (efetivos)	Categoria I – 1,72% Categoria R – 2,23 %
Taxa de encargos correntes (Estimativa para ativos de 20Milhões euros)	Categoria T – 1,03%

Risco e Compliance

No período do exercício de 2023, e da monitorização diária dos limites de investimento, que decorrem das disposições legais e dos documentos constitutivos, não foram detetadas quaisquer situações que tivessem colocado em causa a gestão diligente do fundo, ou os interesses dos seus participantes. No que respeita ao controlo do risco de Liquidez da carteira, tendo em consideração o modelo implementado na sociedade, de forma a monitorizar a sua capacidade para fazer face a resgates elevados que possam ocorrer, através da combinação entre a liquidez requerida e a disponível, ou seja, definir a parte do choque de resgate que pode ser gerida através da venda de ativos, bem como os custos associados à obtenção dessa liquidez, concluiu-se que a equipa de gestão, tendo por base os testes efetuados sobre a carteira de 31 de dezembro, consegue gerar a

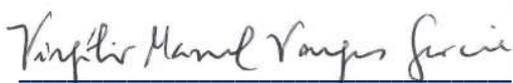
¹ Esta comissão não se aplica a clientes do canal Banco Best devido à Campanha de promoção que está em vigor até 31/12/2023.

² O Fundo remunera as entidades comercializadoras de acordo com a repartição prevista no ponto 5.1.2 do respetivo prospeto.

liquidez necessária para cumprir com as responsabilidades do fundo, dentro do ciclo de resgate estabelecido.

Eventos suscetíveis de criar impactos nos mercados financeiros

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre, sempre a segurança. Ora esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. As indescritíveis tragédias humanas que assistimos com a guerra na Ucrânia e em Gaza, mantêm por outro lado em aberto, interrogações sobre por onde podem ir os mercados da energia, e com eles a economia. As tensões políticas entre os EUA e a China, as duas super potências à procura de um reequilíbrio de forças, tiveram já impacto no comercio e nos fluxos de investimento internacional, não sendo certo que a evolução possa ser positiva no curto prazo. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.



Virgílio Garcia
(Vogal do Conselho de Administração)



Filipe Bissaia Barreto
(Vogal do Conselho de Administração)

Lisboa, 25 de março de 2024

2 Balanço e Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço a 31 de dezembro de 2023

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL

Valores em Euro

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO							
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31/12/2023			31/12/2022	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022			
			Bruto	+Valia	-Valia	Líquido								
CARTEIRA DE TÍTULOS							61	Unidades de Participação	1	3 593 472	132 495			
21	Obrigações	3	803 194	5 697	-	808 890	124 754	62	Variações Patrimoniais	1	58 134	58 134		
22	Ações	3	2 779 659	350 928	114 68	3 016 429	1058 772	64	Resultados Transitados	1	(8 419)	4 912		
TOTAL DE CARTEIRA DE TÍTULOS			3 582 853	356 624	114 68	3 825 319	1 183 526	65	Resultados Distribuídos	1	-	-		
CONTAS DE TERCEIROS							66	Resultado Líquido do Exercício	1	382 461	(13 331)			
41f...41B	Contas de Devedores	18	1250	-	-	1250	5 000	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-		
TOTAL DE VALORES A RECEBER			1250	-	-	1250	5 000	TOTAL DE CAPITAL DO FUNDO				4 025 647	1362 210	
DISPONIBILIDADES							CONTAS DE TERCEIROS							
12	Depósitos a Ordem	3	205 557	-	-	205 557	174 117	423	Comissões a Pagar	18	5 959	1516		
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			205 557	-	-	205 557	174 117	424+...+429	Outras Contas de Credores	18	483	172		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							43	Empréstimos Obtidos	18	-	-			
51	Acréscimos de Proventos		-	-	-	-	-	TOTAL DE VALORES A PAGAR				6 442	1688	
52	Despesas com Custo Diferido		-	-	-	-	-	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		-	-	-	-	1920	55	Acréscimos de Custos	17	36	665		
59	Contas Transitórias Ativas		-	-	-	-	-	56	Receitas com Provento Diferido		-	-		
TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			-	-	-	-	1920	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	-		
TOTAL DO ACTIVO			3 789 660	356 624	114 158	4 032 126	1 364 563	59	Contas Transitórias Passivas	17	-	-		
								TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				36	665	
								TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO					4 032 126	1 364 563

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvaterra Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Fi *Boneto*

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Valores em Euro

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS	
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista	-		911	À vista	-	
935	Futuros	631 806	184 160	935	Futuros	-	-
	TOTAL	631 806	184 160		TOTAL	-	-
TOTAL DOS DIREITOS		631 806	184 160	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		-	-
CONTAS DE CONTRAPARTIDA		-		CONTAS DE CONTRAPARTIDA		631 806	184 160

Rui Filipe Salveteira Pires

Fi
B

2.2 Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023

SIXTY DEGREES AÇÖES PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euro

Custos e Perdas	Notas	Período Corrente	Período Anterior	Proveitos e Ganhos	Notas	Período Corrente	Período Anterior
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados			
Da Carteira de Títulos e outros ativ		-	-	Na Carteira de Títulos e Outros Ativo		-	-
De Operações Correntes	5	40	642	De Operações Correntes		-	-
Comissões e taxas				Rendimentos de Títulos e Outros Ativos			
Da Carteira de Títulos e outros ativ	5	2 760	883	Da Carteira de Títulos e Outros Ativo	5	100 389	20 946
Outras, de Operações Correntes	15	44 846	12 875	Outras, de Operações Correntes		-	-
De Operações Extrapatrimoniais	5	-	86	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras			
Na Carteira de Títulos e Outros Ativo	5	3 035 279	447 592	Na Carteira de Títulos e Outros Ativo	5	3 332 104	426 924
Em Operações Extrapatrimoniais	5	336 244	115 546	Em Operações Extrapatrimoniais	5	378 149	121 859
Impostos							
Impostos sobre o rendimento	9	-	-				
Impostos Indiretos	9.15	3 387	830				
Provisões do Exercício							
Outros Custos e Perdas Correntes				Outros Proveitos e Perdas Correntes			
Outros Custos e Perdas Correntes	15	5 626	4 607	Outros Proveitos e Perdas Correntes		-	-
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		3 428 182	583 060	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		3 810 643	569 729
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS		-	-	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		-	-
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		382 461	-	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		-	13 331
TOTAL		3 810 643	583 060	TOTAL		3 810 643	583 060
Resultados da Carteira de Títulos		394 455	(605)	Resultados Eventuais		-	-
Resultados das Operações Extrapatrimor		41 905	6 227	Resultados Antes de Imposto s/o Rendim		385 848	(12 502)
Resultados Correntes		385 848	(12 502)	Resultados Líquidos do Período		382 461	(13 331)

Rui Filipe Salgueiro Pires

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Fi
B

2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Valores em Euro		
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	De 2023-01-01 a 2023-12-31	De 2022-01-01 a 2022-12-31 (EUR)
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição Unid.Part	2 282 657	920 900
Resgate Unid. Part	5 323	522
	2 277 334	920 378
Fluxo das OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC	2 277 334	920 378
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
Recebimentos:		
Vendas Tít.e Out.Ativos	-	499 384
Rendim.Tít.e Out.Act	2 867 306	14 699
	2 867 306	514 083
Pagamentos:		
Compra Tít.e Out.Ativos	5 157 731	1 357 399
Juros e Cust.Similar	-	635
Outras Comis.e Taxas	1 113	1 200
Out.Pag.Cart.Tit.	53 735	-
	5 212 578	1 359 234
Fluxo das OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS	(2 345 273)	(845 151)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Oper. s/Cotações	477 450	45 546
	477 450	45 546
Pagamentos:		
Oper. s/Cotações	333 536	46 127
Out.Pag.Op.Prazo	-	177
	333 536	46 304
Fluxo das OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS	143 913	(758)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de Depos.Banc.	-	-
Outros	1 143	6 267
	1 143	6 267
Pagamentos:		
Comissão de Gestão	35 282	9 374
Comissão de Depósito	3 544	909
Impostos e Taxas	1 283	274
Outras despesas	5 568	5 590
	45 678	16 147
Fluxo das OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE	(44 535)	(9 880)
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	31 439	64 590
Efeitos das Diferenças de Cambio:		-
Disponibilidades no Início do Período:	174 117	109 527
Disponibilidades no Fim do Período:	205 557	174 117

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvaterra Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Jei *Boneto*

3 Divulgações

3.1 Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos e do regulamento da CMVM 7/2023, de 29 de dezembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do período de contagem de juros dos respetivos títulos.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

Valorização da carteira e da unidade de participação

a) Os valores das unidades de participação são calculados diariamente nos dias úteis, determinando-se simultaneamente os valores das unidades de participação da Categoria I, da Categoria R e da categoria T.

O valor da unidade de participação de cada Categoria é obtido pela divisão do valor líquido global do OIC afeto aos participantes detentores de unidades de participação de cada Categoria, pelo número de unidades de participação em circulação afetas a cada Categoria.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:

- i. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no ponto seguinte, sendo o momento de referência dessa valorização as 18 horas para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados) e as 22 horas para unidades de participação em Fundos e ações, ETFs e instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excecionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter preços às 18h00, será considerado um momento de referência o mais próximo possível a seguir às 18h00 em que seja possível obter os respetivos preços.
- ii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no momento de referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii. Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira aplicado aos instrumentos financeiros admitidos à negociação no continente americano;
- iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais, judiciais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito, custos de registo, custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento e custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

a) Valores mobiliários

- i. A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela Sociedade Gestora.
- ii. Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios:

A valorização de instrumentos financeiros não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será efetuada com base no valor médio das ofertas de compra e venda firmes disponibilizada para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base no valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro e sejam conhecidos os critérios de composição e ponderação ou no valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea anterior. Na impossibilidade de utilização dos critérios anteriores, recorrer-se-á a modelos teóricos, tais como o modelo dos *cash-flows* descontados, EVA models e comparáveis de mercado que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar.

Excetua-se o caso de instrumentos financeiros(ações) em processo de admissão à cotação a um mercado regulamentado, em que se o valor a atribuir pela entidade gestora corresponderá à última cotação conhecida no momento de referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em consideração as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no momento de referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora;
- 2) Junto de entidades especializadas, para determinação da média das ofertas de compra e venda firmes dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção no valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro. Caso não se verifiquem as condições anteriores a avaliação será efetuada tendo por base o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas;

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
- b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i. Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos mercados no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo, i.e. o *settlement price* corresponde ao dia da valorização;
- ii. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela Sociedade Gestora utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da Sociedade Gestora;
 2. Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos *cash-flows* a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Comissão de subscrição

O OIC cobra uma comissão de subscrição, no momento em que se subscrevem as unidades de participação do fundo de investimento. O seu montante é, assim, adicionado ao valor das unidades de participação para se apurar o montante a pagar pelo subscritor, podendo ser cobrada uma comissão de 2% para subscrições de unidades de participação das Categorias I e R e de 5%

para subscrições de unidades de participação da Categoria T, revertendo a favor da sociedade gestora. As subscrições efetuadas na categoria R, para clientes do canal Banco BEST, estão isentas de comissão até 31 de dezembro de 2023.

Comissão de reembolso

O OIC poderá cobrar uma comissão de resgate de acordo as seguintes condições;

- Nas categorias I e R uma comissão de resgate de 0.50% até 90 dias, decorridos sobre a data da subscrição. A comissão de resgate será cobrada em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC, revertendo a favor da Sociedade. Após o período de 90 dias, não será cobrada qualquer comissão de resgate no momento do reembolso do investimento.
- Na categoria T, independentemente do período de permanência, não é aplica qualquer comissão de resgate/reembolso

Comissão de gestão

Valor da comissão:

A comissão de gestão é fixa aplicando-se a cada uma das categorias os seguintes valores:

Categoria I

- i. A comissão de gestão é de 1,25% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.

Categoria R

- ii. A comissão de gestão é de 1,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Categoria T

- iii. ii. A comissão de gestão é de 0,75% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, subjacente a cada categoria tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão é cobrada mensalmente e postecipadamente até ao 5 dia útil do mês seguinte.

Comissão de Depósito

Valor da comissão:

A comissão de depositário é de 0,13% anual, passando a 0,12% anual se o valor líquido global do fundo for superior a 20 Milhões de euros.

Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão:

A comissão de depositário é cobrada mensal e postecipadamente até ao final do mês seguinte.

Custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (*research*). Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A Sixty Degrees estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades, dos fundos por si geridos, de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes, com um máximo de 0.10%/ano, calculados com base no VLGf referente ao fecho do ano.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da Sixty Degrees.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

Outros encargos

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.
- c) A taxa de supervisão de 0,0012% paga à CMVM, que incide sobre o valor líquido global, no último dia de cada mês, de cada um dos OIC geridos pela mesma, não podendo a coleta ser inferior a € 100 nem superior a € 12 500, majorada de acordo com a Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro, e artigo 35.º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência (AdC), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto.
- d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.
- e) Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
- f) Custos relativos à emissão de código LEI e documentos de circularização solicitados ao Banco Depositário do fundo para efeitos de encerramento de contas.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da Sociedade Gestora ou de sub-depositários.

Regime Fiscal

O enquadramento abaixo apresentado não dispensa a consulta da legislação em vigor a cada momento, nem constitui garantia da sua não alteração até à data do resgate/reembolso. O enquadramento aqui expresso não obriga as autoridades fiscais ou judiciárias e não garante que essas entidades não possam adotar posições contrárias.

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data de apresentação do presente relatório e assenta na interpretação da SIXTY DEGREES SGOIC sobre o mesmo.

IRC

O regime, aplicável aos organismos de investimento coletivo (Decreto-Lei nº 7/2015 de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos à “Saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC é tributado, à taxa geral de IRC, sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC, à taxa de 0,0125%.

Tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes

A tributação, ao abrigo do novo regime, incide apenas sobre a parte dos rendimentos gerados a partir de 1 de julho de 2015. Assim, a valia apurada no resgate ou transmissão onerosa das unidades de participação é dada pela diferença entre o valor de realização e o valor de mercado das unidades de participação a 30 de junho de 2015 ou, se superior, o valor de aquisição das mesmas.

A) Pessoas singulares

a) Residentes (i.e., titulares de unidades de participação ou participações sociais residentes em território português)

- i. Rendimentos obtidos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC e os rendimentos obtidos com o resgate de unidades de participação e que consistam numa mais-valia estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, podendo o participante optar pelo seu englobamento.

Os rendimentos obtidos com a transmissão onerosa de unidades de participação estão sujeitos a tributação autónoma, à taxa de 28%, sobre a diferença positiva entre as mais e as menos valias do período de tributação.

- ii. Rendimentos obtidos no âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa liberatória de 28%, tendo a retenção na fonte a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

Os rendimentos obtidos com o resgate e com a transmissão onerosa de unidades de participação concorrem para o lucro tributável, aplicando-se as regras gerais dos Códigos de IRC e de IRS.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos estão isentos de IRS.

Quando os titulares, pessoas singulares, sejam residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP são sujeitos a tributação, por retenção na fonte, à taxa de 35% no caso dos rendimentos de capitais e à taxa de 28% no caso dos rendimentos obtidos com as operações de resgate das UP, ou via tributação autónoma, à taxa de 28%, no caso de rendimentos decorrentes da transmissão onerosa da UP.

B) Pessoas coletivas

a) Residentes

Os rendimentos distribuídos pelo OIC estão sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 25%, tendo o imposto retido a natureza de imposto por conta.

Por outro lado, os rendimentos obtidos com o resgate ou a transmissão onerosa das unidades de participação concorrem para o apuramento do lucro tributável, nos termos do Código do IRC.

Os rendimentos obtidos por pessoas coletivas isentas de IRC estão isentos de IRC, exceto quando auferidos por pessoas coletivas que beneficiem de isenção parcial e respeitem a rendimentos de capitais, caso em que os rendimentos distribuídos são sujeitos a retenção na fonte, com carácter definitivo, à taxa de 25%.

b) Não residentes

Os rendimentos obtidos com as unidades de participação são isentos de IRC.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, os rendimentos decorrentes das UP estão sujeitos a tributação à taxa de 35%, por retenção na fonte, no caso dos rendimentos distribuídos, ou tributação autónoma à taxa de 25%, no caso de rendimentos auferidos com o resgate ou com a transmissão onerosa da UP.

No caso de titulares pessoas coletivas residentes em países sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável ou detidos, direta ou indiretamente, em mais de 25% por entidades ou pessoas singulares residentes em território português, os rendimentos decorrentes das unidades de participação estão sujeitos a tributação à taxa de 25%, por retenção na fonte.

Tributação em sede de imposto de selo

Estão sujeitas, desde janeiro de 2019, a imposto de selo à taxa de 4%:

- a) As comissões de gestão e de depósito suportadas pelo OIC;
- b) As comissões de subscrição e resgate suportadas pelos Participantes.
- c) Custos de Research

Nota 1 – Capital do Fundo

O património do OIC é representado por valores mobiliários que representam direitos de conteúdo idêntico, sem valor nominal, a uma fração daquele património que se designam unidades de participação.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, resgate ou reembolso.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o exercício de 2023, apresenta o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL							(em euro)
Descrição	No início	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	No fim	
Valor Base	1 312 495	2 286 300	5 323	-	-	3 593 472	
Diferença p/Valor Base	58 134	-	-	-	-	58 134	
Resultados Distribuídos	-	-	-	-	-	-	
Resultados Acumulados	4 912	-	-	-	(13 331)	(8 419)	
Resultados do Período	(13 331)	-	-	13 331	382 461	382 461	
Soma	1 362 210	2 286 300	5 323	13 331	369 130	4 025 647	

A evolução do valor do Fundo durante o exercício de 2023 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL- Categoria I					(em euro)
	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação		
Ano 2023					
Jan	1 171 871.21	5.4168	216 338.63		
Fev	1 727 441.27	5.6219	307 267.56		
Mar	2 728 932.89	5.563	490 552.06		
Abr	2 815 924.98	5.7403	490 552.06		
Mai	2 678 775.24	5.4607	490 552.06		
Jun	2 747 262.02	5.6003	490 552.06		
Jul	3 386 356.15	5.8558	578 286.75		
Ago	3 418 879.62	5.9121	578 286.75		
Set	3 391 239.24	5.8643	578 286.75		
Out	3 456 844.16	5.9777	578 286.75		
Nov	3 533 133.92	6.1097	578 286.75		
Dez	3 733 672.78	6.0205	620 164.90		

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL- Categoria R					(em euro)
	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação		
Ano 2023					
Jan	235 231.3400	5.0959	46 160.87		
Fev	249 657.1900	5.2869	47 222.10		
Mar	246 936.1500	5.2292	47 222.10		
Abr	254 702.6100	5.3937	47 222.10		
Mai	242 185.4600	5.1286	47 222.10		
Jun	248 273.2100	5.2576	47 222.10		
Jul	259 489.4400	5.4951	47 222.10		
Ago	261 865.4000	5.5454	47 222.10		
Set	284 530.6500	5.4982	51 749.88		
Out	289 907.4000	5.6021	51 749.88		
Nov	296 182.5700	5.7233	51 749.88		
Dez	291 730.4900	5.6373	51 749.88		

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL- Categoria T					(em euro)
	VLGF	Valor UP	Nº de UP Circulação		
Ano 2023					
Dez	244.2200	4.8844	50.00		

Nota 2 – Transações de valores Mobiliários no período

No exercício de 2023, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL				(em euro)
	Compras (1)	Vendas/Vencimentos(2)	Total (1)+(2)	
	Mercado	Mercado	Mercado	
Divida Publica	3 787 362	3 120 000	6 907 362	
Acções	2 243 019	563 879	2 806 898	
Contrato de Futuros	500 000	260 000	760 000	

Para o período referente ao exercício de 2023, não foi cobrada qualquer comissão de subscrição e resgate.

	Valor	Comissoes Cobradas
Subscrições	2 286 300	-
Resgates	5 323	-

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

O detalhe da carteira de títulos, a 31 de dezembro de 2023 é apresentado como se segue:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 31 de Dezembro de 2023

SIXTY DEGREES ACÇÕES PORTUGAL						(Valores em Euro)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Juros corridos	SOMA	
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
Mercado de Bolsa Nacional						
Acções						
Altri, SGPS, S.A.	190 294		-2 131	188 163	188 163	
Banco Comercial Portugues	231 000	102 691		333 692	333 692	
Cofina - SGPS, SA	21 212	12 109		33 320	33 320	
Corticeira Amorim-SGPS	172 930		-8 949	163 981	163 981	
CTT - Correios de Portugal SA	134 014		-3 153	130 861	130 861	
EDP Energias de Portugal SA	144 629		-3 588	141 041	141 041	
EDP Renováveis SA	137 182		-15 436	121 746	121 746	
GALP Energia SGPS SA-B Shrs	289 906	65 671		355 578	355 578	
Greenvolt	39 467	80 689		120 156	120 156	
Ibersol - SGPS, S.A.	158 731	7 868		166 599	166 599	
Impresa SGPS	30 803		-7 809	22 994	22 994	
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	177 427	17 791		195 218	195 218	
Mota Engil - SGPS SA	50 990	58 176		109 165	109 165	
NOS, SGPS, SA	276 336		-37 479	238 858	238 858	
NovaBase - SGPS, SA	6 870	1 116		7 986	7 986	
REN - Redes Energéticas Nacionais SA	176 296		-14 186	162 111	162 111	
Semapa - S. Inv.Gestão-SGPS,S.A. (nom)	52 931		-657	52 273	52 273	
Sonae - SGPS	340 111		-15 957	324 155	324 155	
THE NAVIGATOR COMP	115 815	14 173		129 988	129 988	
VAA Vista Alegre	19 761		-1 216	18 544	18 544	
Sub-Total:	2 766 704	360 285	-110 561	3 016 429	3 016 429	
Obrigações						
BT DEGV 17/JAN2024	803 194	5 697	0	808 890	808 890	
Sub-Total:	803 194	5 697	0	808 890	808 890	
Total	3 569 898	365 982	-110 561	3 825 319	3 825 319	

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o exercício de 2023 foi o seguinte:

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reducoes	Saldo Final
Depósitos à ordem	174 117	9 728 393	9 696 954	205 557

A 31 de dezembro de 2023, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos com um valor total de 205.556,51 euros.

Nota 4 – Critérios de valorização dos ativos

Para valorização dos ativos integrantes da carteira, foram utilizados os critérios de valorização mencionados no ponto acima, denominado “Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP”.

Nota 5 – Resultados Obtidos

Os resultados obtidos pelo Fundo, no exercício de 2023, são compostos pelas seguintes rubricas:

1º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - PROVEITOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(Valores em Euro)					
Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS COM CARÁCTER DE JURO			
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros corridos	Rendimento de títulos	Soma
Operações à Vista							
Acções	3 306 994	7 616	3 314 610	-	-	98 587	98 587
Obrigações	17 388	-	17 388	-	-	-	-
Direitos	106	-	106	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-	1 802	1 802
Operações a Prazo							
Cotações							
Futuros	-	378 149	378 149	-	-	-	-

2º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - CUSTOS

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(Valores em Euro)				
Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSÕES SUPORTADOS		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
Operações à Vista						
Acções	2 912 098	5 126	2 917 224	-	-	-
Obrigações	613	-	613	-	-	-
Outros Ativos	-	118 804	118 804	40	-	40
Cotações						
Futuros	336 244	-	336 244	-	-	-
Comissões						
De Gestão	-	-	-	39 657	-	39 657
De Depósito	-	-	-	3 989	-	3 989
De Carteira Títulos	-	-	-	2 762	-	2 762
Taxa de Supervisão	-	-	-	1 200	-	1 200
Outras	-	-	-	2 460	-	2 460

Nota 9 – Impostos e taxas

Durante o exercício de 2023, foram cobrados os impostos que se seguem:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL		(em euro)	
Conta	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
		Saldo	Saldo
74122	Imposto de selo	3 387	830

Nota 15 – Encargos Imputados ao Fundo

De acordo com o artigo 12º do regulamento da CMVM 7/2023, os encargos correntes imputados ao Fundo, durante o exercício de 2023, apresentam o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES AÇÕES PORT		(Valores em EUR)		
	31/12/2023		31/12/2022	
Custos	Valor	%VLGF	Valor	%VLGF
Valorização Média	3 058 356		802 761	
Banco Deposit.	3 989	0.13%	976	0.12%
Comissão Gestão	39 657	1.30%	10 050	1.25%
Tx. Supervisão	1 200	0.04%	1 200	0.15%
Custos de Auditoria	4 264	0.14%	4 228	0.53%
Outros Custos	4 749	0.16%	379	0.05%
TOTAL	53 859		16 833	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS		1.76%		2.10%

A afetação dos encargos correntes, por categoria, para o período em referência apresenta o seguinte detalhe:

Categoria I			Categoria R		
	31/12/2023			31/12/2023	
Custos	Valor	%VLGF	Custos	Valor	%VLGF
Valorização Média	2 798 168		Valorização Média	260 170	
Banco Deposit.	3 649	0.13%	Banco Deposit.	339	0.01%
Comissão Gestão	35 089	1.25%	Comissão Gestão	4 568	0.15%
Tx. Supervisão	1 093	0.04%	Tx. Supervisão	107	0.00%
Custos de Auditoria	3 884	0.14%	Custos de Auditoria	380	0.01%
Outros Custos	4 326	0.15%	Outros Custos	423	0.01%
TOTAL	48 041		TOTAL	5 817	
Taxa de Encargos Correntes		1.72%	Taxa de Encargos Correntes		2.24%

Para o período em referência a estimativa da taxa de encargos correntes para a categoria T (com início de atividade a 4/12/2023) é de 1.03% (estimativa para 20M de euros).

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As contas do fecho do exercício são comparáveis com as contas relativas ao período homólogo, dezembro de 2022.

Nota 17 – Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Acréscimos de Proventos			Acréscimos de Custos		
(em euro)			(em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Outros	-	1 920	Comissoes	-	131
			Juros	-	113
			Outros	36	421
Total	-	1 920	Total	36	665

Nota 18 – Contas de Terceiros

A 31 de dezembro de 2023, as contas de terceiros apresentavam os seguintes valores:

Devedores			Credores		
(em euro)			(em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Margem Inicial		5 000	Entidade Gestora (Sixty Degrees)	4 435	1 159
Estado e outros entes públicos	960		Entidade Depositária (CGD)	448	157
Outros devedores	290		Autoridade de Supervisão (CMVM)	100	200
			Estado e outros entes públicos	483	172
			Outros credores	977	-
Total	1 250	5 000	Total	6 442	1 688

O Contabilista Certificado

A Administração

Rui Filipe Salgueiro Pires

Vinícius Manuel Vazquez Garcia F. Baneto

Lisboa 25 de março de 2024

4 Certificação das Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (SIXTY DEGREES AP), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4.032.126 euros e um total de capital do Fundo de 4.025.647 euros, incluindo um resultado líquido de 382.461 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do SIXTY DEGREES AP e da Sociedade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 95% do ativo conforme a nota 3 do anexo às demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado de acordo com a alínea a) n.º i. das Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP que se encontram na Introdução do anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão.</p> <p>Dada a volatilidade dos preços de mercado consideramos esta matéria como uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teste ao controlo interno do Fundo, nomeadamente ao processo de valorização da carteira; • Recalculo do valor de mercado dos títulos em carteira com recurso a fontes oficiais e comparação com os valores apurados pelo Fundo; • Avaliação sobre a adequacidade das divulgações de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos monetários do SIXTY DEGREES AP de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Fundos de investimento mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do SIXTY DEGREES AP de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do SIXTY DEGREES AP;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do SIXTY DEGREES AP para dar continuidade às suas atividades. Se concluimos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o SIXTY DEGREES AP descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as

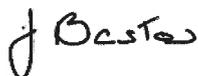
demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o SIXTY DEGREES AP, não identificamos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do SIXTY DEGREES AP.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 9 de abril de 2024



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC nº 599 e na CMVM n.º 20160252

RELATÓRIO DE GARANTIA DE FIABILIDADE DO AUDITOR SOBRE O CÁLCULO DA TAXA DE ENCARGOS CORRENTES NOS TERMOS DO ARTIGO 12.º DO REGULAMENTO DA CMVM N.º 7/2023, DE 29 DE DEZEMBRO

À Entidade Gestora do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações**

À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Introdução

Nos termos definidos no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023 de 29 de dezembro, analisámos o cálculo da Taxa de Encargos Correntes reportada a 31 de dezembro de 2023, que ascende a 1,76%, a incluir nas Informações Fundamentais destinadas aos Investidores do **SIXTY DEGREES AÇÕES PORTUGAL – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (adiante designado por Fundo), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (adiante designada por Entidade Gestora).

Âmbito

O trabalho de garantia de fiabilidade a que procedemos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (revista) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, de forma a obter uma garantia razoável de fiabilidade sobre o cálculo da Taxa de Encargos Correntes, nos termos do artigo n.º 12.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, com referência ao período decorrido entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

Os procedimentos de garantia de fiabilidade foram executados no âmbito do Regulamento acima referido e resumem-se de seguida:

- i. Confirmação da concordância com os registos contabilísticos do Fundo, dos valores de comissão de gestão fixa, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes que foram considerados no cálculo efetuado pela Entidade Gestora;
- ii. Recálculo da comissão de gestão fixa com base nas taxas e bases de incidência estabelecidas no Regulamento de Gestão do Fundo em vigor durante o ano de 2023;
- iii. Validação dos custos de auditoria, com base no respetivo contrato de prestação de serviços; e
- iv. Recálculo da média aritmética do valor líquido global do Fundo, com base nos elementos disponibilizados pela Entidade Gestora.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pelo cálculo da Taxa de Encargos Correntes, considerando o quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, comissão de



depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes de um organismo de investimento coletivo, num dado período, e o seu valor líquido global médio nesse mesmo período.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, descritos na secção “Âmbito” deste relatório, para obter uma garantia razoável de fiabilidade, em todos os aspetos materiais, sobre o cumprimento dos requisitos definidos no artigo 12.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, e concluir sobre a adequação do cálculo da Taxa de Encargos Correntes incluída nas Informações Fundamentais destinadas aos Investidores. Garantia razoável de fiabilidade é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAE detetará sempre uma distorção material quando exista.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAE, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) declaramos que aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQM 1); e (ii) declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e outros requisitos éticos do Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) relativos a trabalhos de garantia de fiabilidade, comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Conclusão

Em nossa opinião, o cálculo da Taxa de Encargos Correntes com referência a 31 de dezembro de 2023 efetuado pela Entidade Gestora cumpriu, em todos os aspetos materiais, os requisitos definidos pela CMVM aplicáveis ao cálculo dessa taxa.

Restrições na distribuição e uso

Este relatório é emitido exclusivamente para informação e uso da Entidade Gestora e da CMVM para a finalidade mencionada na secção “Introdução” acima, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades nem ser distribuído a outras entidades.

Lisboa, 9 de abril de 2024



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC n.º 599 e na CMVM n.º 20160252